CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E EDUCACIONAIS DO ESTUDANTE INGRESSANTE AO IFRS EM 2019

SOCIOECONOMIC AND EDUCATIONAL CHARACTERISTICS OF THE
IFRS NEW STUDENTS IN 2019

Deloíze Lorenzet¹
Aléxia Islabão dos Santos²
Nayara Pansera Balbinot³
Neudy Alexandro Demichei⁴

RESUMO: Este artigo tem por objetivo dialogar acerca da constituição da pesquisa que identificou as características socioeconômicas e educacionais dos discentes ingressantes em 2019 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Como instituição pública seu processo seletivo contempla a reserva de vagas, porém além do ingresso há a preocupação em compreender os diferenciais que marcam a permanência e êxito, e por isso foi construído um diagnóstico refinado, a fim de analisar tais credenciais. Neste sentido, a metodologia é exploratório-descritiva, utilizando cem questões como técnica de coleta de dados. Os resultados permitem a constatação de dados genéricos institucionais, como também variáveis mais específicas com categorizações, e ainda a possibilidade de realizar comparativos, como: por campus, por modalidade, por turno, por curso. A partir destas respostas que demonstram uma realidade plural, há a possibilidade de planejar algumas medidas estratégicas para qualificar os processos de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Estudantes. Permanência e êxito. Democratização. Assistência Estudantil.

ABSTRACT: This article aims to discuss the constitution of the research that identified the socioeconomic and educational characteristics of 2019 entering students in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS). As a public institution, its selection process includes the reservation of vacancies, but besides the admission there is the concern of understanding the differentials that mark permanence and success, and for this

¹ Licenciada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação (UFRGS). Atualmente exerce o cargo de Pedagoga vinculada à Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE- IFRS). ORC ID: <https://orcid.org/0000-0001-8290-967X> E-mail: deloize.lorenzet@ifrs.edu.br

² Graduanda em Letras – Português (IFRS) – *Campus* Bento Gonçalves. Atualmente exerce o cargo de Estagiária vinculada à DAE (IFRS). ORC ID: <https://orcid.org/0000-0001-5107-0680> E-mail: alexiaislabao@gmail.com

³ Bacharela em Serviço Social (UFSC). Tem experiência na área de Serviço Social e políticas educacionais. Atualmente é assistente social da DAE (IFRS). ORC ID: <https://orcid.org/0000-0002-8629-7006> E-mail: nayara.balbinot@ifrs.edu.br

⁴ Licenciado e Mestre em Geografia (UFRGS). É professor (IFRS), *Campus* Viamão e atualmente diretor DAE (IFRS). ORC ID: <https://orcid.org/0000-0002-7461-3032> E-mail: neudy.demichei@ifrs.edu.br

reason we have built a refined diagnosis in order to analyze the credentials. In this sense, the methodology is exploratory-descriptive, using one hundred questions as a data collection technique. The results allow the verification of generic institutional data, as well as more specific variables with categorizations, and also the possibility of making comparisons, such as: by campus, by modality, by shift, by course. From these responses that demonstrate a plural reality, there is the possibility of planning some strategic measures to qualify teaching-learning processes.

Key-words: Students. Permanence and success. Democratization. Student Assistance.

1. INTRODUÇÃO

"Para bem conhecer as coisas, é necessário conhecê-las em seus detalhes; como eles são quase infinitos, nossos conhecimentos são sempre superficiais e imperfeitos".
François La Rochefoucauld

As instituições educativas têm por função precípua a difusão do conhecimento, da cultura e a garantia do direito constitucional à educação. No cenário educacional necessitamos nos pautar em mapeamentos detalhados, levantamento de dados aprofundados para realizar constatações, pesquisar, interpretar a realidade e analisar a materialidade dos fatos como um método de enfrentamento sistêmico ao fracasso e exclusão escolar.

Nesse sentido, para ofertar uma educação de qualidade precisamos conhecer os dados oriundos do acesso, como forma de democratização ao direito à educação e os índices que retratam a permanência e êxito de seus estudantes como um processo que dá continuidade a este direito. Deste modo, o objetivo deste artigo é traçar uma caracterização dos discentes do IFRS relatando a constituição, a aplicação, a análise e os possíveis desdobramentos desta experiência realizada com o público ingressante em 2019, primeiro semestre letivo.

O IFRS localiza-se no estado do Rio Grande do Sul e possui 17 *campi*, onde oferta cursos técnicos de nível médio (Integrados, Concomitantes e Subsequentes), cursos superiores (Tecnológicos, Bacharelados e Licenciaturas) e Pós Graduações. Frente a isso, queremos investigar: Quem foi o estudante ingressante ao IFRS em 2019/01? Qual seu contexto de vida? Qual sua realidade socioeconômica? Como foi sua trajetória escolar?

As instituições de educação pública federal brasileiras orientam o seu modelo seletivo de ingresso com base nas políticas de ações afirmativas ou Sistema de Cotas. Desde agosto de 2012, após a sanção da Lei n. 12.711, 50% das vagas em universidades e institutos federais são dispostas integralmente para estudantes oriundos de escolas públicas.

Paralelamente ao acesso que tem por objetivo garantir o ingresso na rede federal de ensino aos estudantes oriundos da rede pública, também há a implantação da política de assistência estudantil. A finalidade deste mecanismo está expressa no atendimento às necessidades sociais para o cumprimento ao que está posto na Constituição Federal “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...);” (BRASIL, 1988).

Didaticamente, iniciamos abordando as justificativas da elaboração do diagnóstico com as características socioeconômicas e educacionais discentes. Posteriormente, relatamos os desdobramentos históricos percorridos na elaboração de um instrumento de pesquisa para coleta de dados. O tópico subsequente retrata a metodologia de pesquisa adotada para esta coleta de informações e a forma de organização do questionário. Na continuidade deste percurso reflexivo externalizamos os resultados, bem como uma breve análise e por fim tecemos algumas conclusões.

2. CONSTITUIÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO DISCENTE

Estruturalmente este tópico está configurado em quatro pontos: a) justificativa; b) histórico; c) metodologia; e, d) resultados.

2.1 Justificativa: Por que é necessário elaborar um diagnóstico discente?

O conhecimento do público é tarefa central das políticas sociais públicas. E assim se assemelha na educação que visa a formação humana integral, portanto condição indispensável para compreender o ser humano, seu desenvolvimento e relações no mundo. Atendendo a estas colocações, o IFRS tem a pretensão de implementar uma política institucional diferenciada, uma vez que compreende que tratar a todos de modo igualitário, mesmo os grupos sociais que a sociedade já caracterizou como desiguais, não alavanca condições para sua superação, não os instrumentaliza para alcançar outro patamar, mas os manterá em situação desigual.

Para Magalhães (2012, p.96) as ações da assistência estudantil devem auxiliar o estudante na trajetória acadêmica e “se caracterizam como ações afirmativas de permanência, destinadas, prioritariamente, a alunos oriundos das camadas populares, objetivando promover efetivas condições para a realização e conclusão do curso”. Nesta seara, a preocupação com a retenção no fluxo escolar e a evasão estudantil estão formalizadas como tópicos da eficiência acadêmica

das instituições federais⁵, geralmente marcadas por: dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, escolaridade prévia muitas vezes insuficiente, conjuntura econômica e social, infraestrutura e políticas institucionais, dificuldades de conciliar questões pessoais, familiares e de trabalho, falta de motivação, entre outros. Tais aspectos no IFRS impulsionaram ao mesmo tempo uma compreensão sobre o fenômeno em busca das causas, como também o desenvolvimento de um rol de ações com vistas à minimização dos índices, por meio da Política de Permanência e Êxito.

2.2 Histórico: Como ocorreu este processo?

Criado em setembro de 2018, o Observatório de Permanência e Êxito é uma das ações inovadoras da Diretoria de Assuntos Estudantis, vinculada à Pró-reitoria de Ensino do IFRS. Trata-se de um espaço onde sintetiza-se indicadores de monitoramento do Plano Estratégico de Permanência e Êxito, além de análises, acervo de estudos, vídeos e informações sobre a realidade educacional desta instituição.

Entre seus objetivos, está a constituição de uma plataforma que funcione como um instrumento de transparência e controle social, para que qualquer sujeito possa acompanhar o andamento das ações de Permanência e Êxito estabelecidas e subsidiar os gestores, educadores e pesquisadores na tomada de decisões e no desenvolvimento de estudos.

De acordo com Dourado e Oliveira (2009), para entendermos os avanços e os desafios que permeiam os processos educacionais é preciso problematizar as múltiplas significações e ainda indicar dimensões intra e extraescolares. Alguns elementos são mais amplos e envolvem questões macroestruturais como: concentração de renda, desigualdade social, educação como direito, entre outros. Outras questões são mais específicas como condições do trabalho escolar, desenho curricular, formação docente, práticas de gestão democrática, entre outras.

[...] é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 02).

⁵ Fatores reportados no Manual para Cálculos dos Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, documento orientador elaborado em 2016 pela SETEC/MEC.

A realização deste instrumento de pesquisa dedicou-se primeiramente a conhecer os aspectos extraescolares, considerando que tais dados são determinantes e interferem no processo de aprendizagem. Identificar as características dos estudantes, a pluralidade, a heterogeneidade, o acúmulo ou déficit que possuem de capitais econômicos, sociais, culturais e de experiências em trajetórias escolares anteriores é reconhecer que há um conjunto de disposições que repercutem em seu processo de escolarização.

Com o Observatório de Permanência e Êxito, busca-se introduzir, gradualmente, na cultura institucional, mecanismos sistêmicos e periódicos de acompanhamento da realidade educacional do IFRS. Uma das primeiras ações realizadas foi a construção e aplicação do Diagnóstico Discente realizado em 2019/01.

Em linhas gerais, a compreensão das especificidades que formam o corpo discente vai ao encontro com o projeto de democratização ao acesso à educação e a proposta institucional de buscar excelência em suas ações qualificando seus processos pedagógicos identificando as origens sociais, econômicas e culturais de nossos estudantes a fim de melhor apoiá-los.

2.3 Método: Quais procedimentos realizamos?

A natureza desta pesquisa é exploratório-descritiva, utilizando questionário como técnica de coleta de dados a fim de conhecer os estudantes ingressantes ao IFRS, por acreditarmos ser um ponto essencial no processo de acompanhamento e para posteriormente analisar sua permanência e êxito. Assim, desenvolvemos um processo de coleta de informações inovador e ousado quantitativamente, com cem questões que permitem a análise pontual, como também o cruzamento de indicadores para alimentar uma reflexão qualitativa sobre os estudantes ingressantes. Nesta construção foi considerado o que expressam Pereira e Almeida (2015, p. 151), “a sutileza do estudo dos instrumentos e técnicas [...] deve considerar a postura crítica e de construção de um conhecimento que inclua a totalidade dos indicadores sociais, tendo por parâmetro um referencial teórico, metodológico, ético e político”.

Ao debatermos fatores de permanência e êxito escolar, compreendemos que há um conjunto de credenciais que são para muitos coadjuvantes e para outros determinantes em seu processo de escolarização. Reconhecer tais credenciais diz respeito a investigar características socioeconômicas e educacionais dos estudantes ingressantes, suas experiências anteriores, seu capital cultural, sua socialização, acolhimento no espaço institucional e estabelecimento de vínculo, seus projetos de vida e condições de saúde. Havendo um repertório destas credenciais deficitário ou com carências, menores são as chances de pertencimento, bom desempenho e consequentemente maiores são as chances de reprovação, abandono e evasão escolar se nada

for feito para sanar tais situações delicadas. As informações necessárias para traçar esse diagnóstico não poderiam ser alcançadas sem uma consulta direta do público-alvo: o próprio estudante do IFRS.

A partir disso, seis tópicos foram eleitos como constituintes de um questionário de 100 questões fechadas para os estudantes ingressantes, com o seguinte formato:

- I - Dados de Identificação (14 questões);
- II - Realidade Socioeconômica (20 questões);
- III - Trajetória Escolar (19 questões);
- IV - Saúde (23 questões);
- V - Socialização (15 questões);
- VI - Projetos de Vida (cinco questões).

As seis dimensões presentes no questionário discente foram organizadas a partir do Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014, p.19), que traz em seu bojo três categorias motivadoras de evasão e de retenção/reprovação: fatores individuais, fatores internos à instituição e fatores externos à instituição.

A aplicação desse questionário visa realizar um diagnóstico, identificar a caracterização discente, para o posterior desenvolvimento de medidas estratégicas que favoreçam o sucesso escolar com a elaboração de um Plano Estratégico de Permanência e Êxito. Para tanto se faz necessário o mapeamento dos estudantes ingressantes para analisar as fragilidades que poderão obstruir seu percurso formativo.

A coordenação da aplicação e síntese dos resultados foi realizada pela Diretoria de Assuntos Estudantis, por meio do Observatório de Permanência e Êxito. A aplicação do questionário discente foi organizada com as Comissões de Acompanhamento de Ações de Permanência e Êxito dos *Campi* (CIAAPE), com a orientação de encaminharem as turmas aos laboratórios de informática da instituição para o preenchimento dos questionários. Isso possibilitou o maior número de respostas possíveis, além de evitar que estudantes respondessem em duplicidade.

2.4 Resultados: Qual mosaico de informações localizamos?

A realização desta pesquisa contou com a participação de 3.295 estudantes ingressantes. Subdivididos em 48 estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), 44 estudantes do Técnico Concomitante, 1.348 estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, 496 estudantes dos Cursos Técnicos Subsequentes e 1.359 estudantes de Cursos Superiores

envolvendo Licenciaturas, Bacharelados e Tecnólogos. No processo seletivo de ingresso em 2019/01 foram ofertadas 4.593 vagas e o quantitativo de respondentes ao questionário correspondeu a 71,3%.

Ao pesquisarmos os resultados da caracterização discente disponíveis como dados de identificação obtivemos que dos estudantes ingressantes que participaram respondendo ao formulário de questões, 42,1% são menores de 18 anos, ou seja o maior percentual pertence a adolescentes e outro alto índice 27% estão na faixa etária dos 18 aos 22 anos, o IFRS possui como público ingressante uma composição que alcança 69% de adolescentes e jovens.

No que diz respeito a autodeclaração por raça/cor, 76,7% dos estudantes ingressantes são brancos, 20,4% são negros e pardos, 0,6% são indígenas e 0,5% são amarelos. Ao compararmos este dado com a amostra da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) pertencente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisamos que a classificação do IBGE para autodeclaração de raça/cor é brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Segundo a população gaúcha estimada em 2016, na autodeclaração 81,5% brancos, 13% pardos e 5,2% pretos, este indicador é refratário, semelhante à realidade escolar.

No resultado para a questão que solicita a identificação pelo sexo biológico 51,8% são do sexo masculino, 48% são do sexo feminino e os demais intersexual. Como resposta predominante 87,9% declararam possuir orientação sexual heterossexual, 8,3% são bissexuais, 2,7% são homossexuais e 1,2% são assexuais. Ao abordarmos sobre o estado civil, 81% são solteiros, 9% vivem em união estável, 8% são casados e 1,7% são separados.

Outro aspecto que reporta a diversidade diz respeito a religião/crença, onde 43% dos ingressantes são católicos, 18,6% não possuem religião, 12,9% são evangélicos, 5,7% são espíritas, 5,6% agnósticos, 4,9% ateus, há também umbanda, candomblé, nação, saravá e xamanismo.

No levantamento sobre a forma de ingresso 58% dos estudantes responderam que foram aprovados no processo seletivo pelo sistema de acesso universal, ou seja, a reserva de vagas que é estabelecida em 50% não foi preenchida e as vagas excedentes foram disponibilizadas como remanescentes para o acesso universal.

Dando sequência avançamos para o tópico do questionário que investiga a realidade socioeconômica. O primeiro dado obtido é sobre o meio de locomoção residência-campus-residência. Nessa questão obtivemos que 42% destes estudantes ingressantes fazem uso de transporte público - ônibus - e 13% van escolar, como também compilando dados da

proximidade e numa perspectiva mais ecológica, sem a emissão de poluentes, 8,5% deslocam-se a pé e 2,2% de bicicleta.

Em relação à moradia 52% dos estudantes ingressantes residem em habitação própria e 19,4% em residência alugada, outros ainda habitam em residências emprestadas, cedidas, ou ainda de modo irregular. Em comparativo a pesquisa PNAD de 2016 no sul do país o índice de moradia própria é de 65% e de alugada é de 16%. Ou seja, os dados dos discentes ingressantes ao IFRS em 2019.01 apresentam maior carência habitacional.

Em relação a localização de sua residência 86% moram em zona urbana. Além dessa informação, 32% dos estudantes possuem o núcleo familiar composto por 4 pessoas e 28,6% por 3 pessoas. Inferimos a partir disso que a maioria dos estudantes ingressantes reside em famílias de tamanho mediano.

No quesito sobre possuir computador em casa, 84,9% dos respondentes possuem e os demais não possuem. Em relação ao acesso à internet, 95% relatam esta disponibilidade, enquanto os demais não têm acesso a ela.

No que diz respeito a estar trabalhando, 56,6% dos estudantes ingressantes não possuem vínculo empregatício. Assim, podemos inferir que a maior parte deles possui tempo para os estudos com boa disponibilidade de dedicação.

Em relação a possuir descendentes, apenas 14% possui filhos e durante o período escolar 57% fica aos cuidados de algum parente ou familiar.

Ao abordarmos sobre o saneamento básico 89% dos estudantes ingressantes têm acesso à água encanada e tratada pela rede pública, 71% realiza o tratamento do esgoto em sua moradia e 97% possui coleta seletiva do seu lixo domiciliar.

Outra informação relevante é que 93% deles não possuem inscrição nos Programas Sociais ou de Serviços. Porém, 30,5% destes estudantes se inscreveram nos editais de acesso e foram contemplados e recebem auxílio estudantil para apoiar sua formação no IFRS. É pontual registrar as palavras de Ana Lúcia Gazzola.

Vivemos no Brasil e aqui experimentamos as mais diversas formas de miséria e segregação, que vão da exclusão econômica mais perversa a formas, menos agudas, mas não menos indefensáveis, de desigualdade e exclusão. São muitos os que estão alijados da educação, da cultura, do lazer, da assistência médica, da moradia, em suma, de tudo o que torna a vida menos sofrida e mais humana (BRASIL, 2004, p.21).

Dando seguimento a esta pesquisa que se propõe a ampliar os índices de inclusão educacional adentramos no tópico que trata da trajetória escolar, onde 84%, um percentual bastante significativo, realizou o Ensino Fundamental em escola pública (municipal, estadual ou federal) e 73% realizou o Ensino Médio em escola pública.

Uma trajetória contínua representa a permanência e o sucesso escolar, enquanto uma trajetória descontínua diz respeito aos estudantes que por diversos fatores passaram por interrupções, seja por reprovação, defasagem em relação à idade/série e abandono escolar. Lahire (2008) afirma que:

De certo modo, podemos dizer que os casos de “fracassos” escolares são casos de solidão dos alunos no universo escolar: muito pouco daquilo que interiorizam através da estrutura de coexistência familiar lhes possibilita enfrentar as regras do jogo escolar [...], as formas escolares de relações sociais. (LAHIRE, 2008, p.19).

De acordo com a pesquisa, 73% dos estudantes ingressantes nunca tiveram um tempo de interrupção e afastamento dos estudos. Ao considerarmos a idade de conclusão 48% dos respondentes concluíram o Ensino Fundamental com 15 anos ou mais e 30% dos respondentes concluíram o Ensino Médio com 18 anos ou mais, dando indício de uma trajetória escolar descontínua com leve aumento ao índice de adequação, pois segundo a taxa líquida podemos concluir o Ensino Fundamental aos 14 anos e o Ensino Médio aos 17 anos.

Em relação à escolaridade dos pais ou responsáveis, 27% das mães e 30,4% dos pais possuem Ensino Fundamental Incompleto. Ou seja, os pais ou responsáveis tiveram baixo acesso ao processo de escolarização. De acordo com este indicador inferimos que estes estudantes ingressantes ao Ensino Médio e Superior estão alcançando uma elevação da escolaridade, ascensão na escala educacional e superando a formação dos próprios pais, demonstrando por fim democratização ao processo educacional. Deste modo, é relevante resgatar as pesquisas existentes sobre mobilidade educacional intergeracional.

Dando sequência tratamos do tema saúde, ao investigarmos o atendimento à saúde, quando necessitam, 65% utilizam os serviços do Sistema Único de Saúde (rede pública), e do total 55% dos estudantes não paga nenhuma espécie de plano de saúde. Na perspectiva inclusiva 7,9% dos estudantes ingressantes se identificaram como portadores de alguma deficiência ou necessidade específica.

Do universo de respondentes temos que 31% já fez ou faz uso de tratamento psicológico ou psiquiátrico. Segundo Ardiño e Bardagi, o índice de adoecimento mental dos estudantes universitários é de 15 a 25%. Esse índice evidenciado no diagnóstico discente é preocupante e bastante elevado.

[...] o excesso de carga horária de estudo, o nível de exigências em relação ao processo de formação, a adaptação a um novo contexto, novas rotinas de sono, novas demandas de organização de tempo e estratégias de estudo, etc.

Tais aspectos podem se constituir como estressores, pois demandam do estudante um repertório comportamental para se organizar e conseguir enfrentar tais exigências. Quando há um déficit neste conjunto de habilidades e competências, é provável que estes estressores sejam vivenciados com maior intensidade pelo aluno. (ARDIÑO; BARDAGI, 2018, p.45).

De acordo com estas pesquisadoras, além destes fatores que causam ansiedade, estresse e depressão, os estudantes que possuem baixo nível de autoeficácia desenvolvem instabilidade emocional, angústia e tristeza. Este indicador corrobora para que o IFRS assuma estratégias protetivas para que os estudantes em situação de doença mental não tenham o agravamento deste adoecimento e amplie o bem-estar discente.

Outro dado importante a ser considerado é que 54,4% dos estudantes ingressantes fez/faz uso de drogas lícitas como álcool e tabaco. E, 13,3% admite que fez/faz uso de drogas ilícitas. Tais comportamentos provocam prejuízos muitas vezes irreversíveis no desenvolvimento biopsicossocial. Este é um problema que possui transcendência ao ambiente escolar e para seu enfrentamento diferentes atores podem dialogar sobre as estratégias preventivas multifacetadas para tal problemática.

Outra questão realizada indagava se no momento da pesquisa o/a estudante possuía algum problema de saúde que prejudicasse sua vida escolar. Como resposta tivemos um percentual de 90% declarando que não possuía nenhum problema de saúde. Posteriormente, ao serem questionados se consideravam-se pessoas saudáveis, apenas 63% avaliaram positivamente. É válido pontuar que a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social⁶.

Em relação a prática de atividade esportiva com regularidade, os estudantes ingressantes manifestaram que apenas 43% possuem este hábito. Neste item, cabe ressaltar que a prática de atividade física auxilia no bem-estar físico e mental, uma vez que aumenta a liberação dos neurotransmissores ligados ao humor: a serotonina e a endorfina. Nesse sentido, colocar o corpo em movimento ajuda a melhorar o humor, os sintomas da ansiedade, os quadros de depressão e estresse. Além disso, há outros benefícios, em virtude de que protege e melhora o sistema imunológico, fortalece os ossos e músculos, evita problemas nas articulações, melhora a flexibilidade, a capacidade funcional e eleva a sensação de bem-estar.

⁶ Conceito extraído da página eletrônica: <<https://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quero-me-exercitar-mais/o-que-significa-ter-saude>>. Acesso em: 17 set. 2020.

Os resultados do segmento sobre socialização buscaram identificar como é o convívio social dos estudantes, pois os mesmos fortalecem o vínculo de pertencimento com a instituição. Os dados obtidos no questionário demonstram que as atividades identificadas de lazer pela maioria dos estudantes são: assistir televisão, praticar esportes e utilizar redes sociais.

Em relação ao hábito da leitura, a resposta preponderante foi de terem lido de dois a cinco livros no último ano. Segundo dados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, em 2016, a média de leitura nacional estava em 2,4 livros lidos integralmente ao ano. Demonstrando como um todo que temos um país com baixos indicadores de leitura.

No quesito que investigava a maneira de obter informações, a resposta preponderante foi de 24% por meio das redes sociais, seguida por 14% em sites de notícias e redes sociais. Esta resposta vai ao encontro com os canais digitais e revela uma procura menos consistente de informações por este público pelos meios de comunicação: rádio, jornal e televisão.

Outro índice preocupante é que 52,6% dos estudantes ingressantes ao IFRS já passaram por situações de violência (física ou psicológica) no ambiente escolar como bullying. E outros 25% admitiram que já praticaram bullying com algum colega. Como também, 22% dos estudantes presenciaram cenas de violência em sua família e 62% presenciaram cenas de violência próximo ao seu endereço residencial. A violência deixa marcas no desenvolvimento do indivíduo prejudicando o processo de ensino e aprendizagem e ampliando o fracasso e a exclusão escolar.

Dando continuidade ao fragmento do questionário que trata da socialização, os estudantes ingressantes, ao serem indagados sobre terem sofrido alguma espécie de preconceito ou discriminação, pontuaram que 24,9% sofreram em razão da classe socioeconômica; 18% sofreram por causa de sua religiosidade; 16% sofreram em razão de sua raça/etnia; e 9% em razão de sua orientação sexual.

A parte final do questionário tratava dos projetos de vida, assim chegamos aos seguintes resultados: 30% tinham intenção de dar seguimento aos estudos após a conclusão desta etapa; 74% pretendiam atuar na área de formação que estavam estudando, há uma alta taxa de busca da qualificação para o exercício profissional; 49% dos estudantes ingressantes avaliam a educação como um fator importante para ampliar os conhecimentos, conseguir um bom trabalho, poder se realizar profissionalmente e buscar melhores condições de vida para si e sua família.

De acordo com este diagnóstico observamos que o grupo de estudantes ingressantes ao IFRS em 2019/01 é um grupo diverso. Enquanto alguns sustentam que a diversidade de

conhecimentos é uma riqueza, pois os contrastes nos fazem desacomodar e conhecer outras realidades, outros defendem que os ritmos de aprendizagem diferenciados dificultam a forma de ensinar, pois, não há uma padronização. É preciso romper com esta visão tradicional e arcaica presa em padrões e modelos de homogeneidade e de atendimento uniforme. Frente às informações obtidas precisamos, enquanto instituição, dialogar sobre este paradoxo, nos apropriarmos deste contexto e definir quais as próximas ações a serem desenvolvidas em prol da aprendizagem, do reconhecimento da educação baseada em direitos humanos, dentro do propósito de contemplar a igualdade na diferença para ampliar a permanência e o êxito.

No tocante a este conceito de diversidade, Gomes com propriedade advoga:

A diversidade, entendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças, realiza-se em meio às relações de poder e ao crescimento das desigualdades e da crise econômica que se acentuam no contexto nacional e internacional. Não se pode negar, nesse debate, os efeitos da desigualdade socioeconômica sobre toda a sociedade e, em especial, sobre os coletivos sociais considerados diversos. (GOMES, 2012, p. 687).

Conforme Gomes explica, a diversidade tem raízes histórico-sociais e há um acirramento com base nas questões econômicas. Com o entendimento que a educação é direito de todas e de todos, precisamos atuar em prol da superação dos preconceitos escancarados ou velados, combatendo os estereótipos, discriminações e qualquer forma de violência, garantindo de forma justa, equânime que cada cidadã e cidadão seja incluído no processo educacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Facilitar o aproveitamento dos alunos pertencentes a diferentes grupos sociais; estimular a autoestima de grupos sociais minoritários ou excluídos; educar para o respeito ao plural, ao diferente, para o exercício da democracia”.

Vera Candau e Teresa Anhorn.

Nas instituições escolares é visível a disparidade que marcam o acesso e a permanência nos sucessivos níveis de escolaridade. Ainda vivenciamos limitações em relação à inclusão, pluralidade, diversidade, gestão democrática e dificilmente algumas populações atingem a conclusão de sua formação e conseguem ocupar postos de trabalho mais disputados e de maior prestígio social. Deste modo, observa-se que os institutos federais buscam saldar essa dívida histórica e ofertam cursos de diversos eixos tecnológicos e acolhem públicos heterogêneos, conforme o próprio resultado dessa caracterização dos discentes ingressantes deu visibilidade a estas assimetrias, tanto no que diz respeito às origens acadêmicas, quanto sociais, econômicas e demais aspectos.

Por meio da Sinopse Estatística da Educação Básica, publicada em janeiro de 2020 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com dados referentes ao ano letivo de 2019, no Estado do Rio Grande do Sul no Censo Escolar foi revelado que havia um total de 2.294.325 estudantes na Educação Básica e apenas 438.869 (19,13%) eram matrículas em instituições privadas, cerca de 81% realizaram matrícula em escolas públicas e na reserva de vagas, há a previsão de cotas apenas para 50% do total de vagas, demonstrando uma desproporcionalidade. Deste modo, conforme tais dados podemos inferir que a reserva de vagas é restrita e não refratária da realidade.

Ao resgatarmos o indicador que revela alcançar uma escolaridade maior que os pais, observamos que uma das razões é a universalização do ensino fundamental, a democratização ao acesso a este nível de ensino. Consequentemente há um aumento da escolarização principalmente, pois há pais com baixa escolaridade.

Outro dado preocupante encontrado é sobre a saúde mental dos ingressantes, em que 31,5% já precisaram ou ainda necessitam de apoio psicológico e psiquiátrico. Reforça-se assim, a necessidade de se promover ações institucionais protetivas que objetivem instrumentalizar os estudantes, a gerenciar a vida acadêmica, de forma que consigam empregar estratégias de estudo eficazes, manejar o tempo de maneira equilibrada e que consigam estabelecer uma rotina de estudo, organizar sua agenda para cumprir prazos e não menosprezar ou negligenciar horas de descanso e lazer.

Outro apontamento que a pesquisa revelou é sobre 54% dos estudantes já terem feito uso de drogas lícitas e 13% já terem utilizado drogas ilícitas. Neste sentido, é importante trabalhar em campanhas de prevenção e sensibilização e na melhora da qualidade de vida.

Frente a tais levantamentos também é importante consolidar a equipe profissional mínima para a Assistência Estudantil em todos os *campi* do IFRS, composta por um profissional da área da Psicologia, um da área da Pedagogia e outro da área do Serviço Social.

No cenário contemporâneo é evidente que cada vez mais é exigida maior qualificação profissional e por isso necessitamos de formação continuada e da busca permanente por níveis mais elevados de escolarização. Com ciência sobre tais prerrogativas nos preocupamos enormemente com o índice de que apenas 30% dos estudantes ingressantes pretendem dar continuidade aos seus estudos posteriormente. Assim, sobressai essa necessidade de sensibilização.

A partir da coleta de informações, da pesquisa investigativa e do delineamento de um diagnóstico discente que apontou um baixo índice das credenciais socioeconômicas e culturais

compreendemos que deverão ser intensificadas as ações de acompanhamento a estes estudantes. Inicialmente dando suporte, com atividades que envolvam o nivelamento dos pré-requisitos dos saberes básicos de cada disciplina, posteriormente ofertando monitorias com apoio entre pares dos estudantes, atendimento docente em grupos menores, e ainda, fortalecendo as políticas de assistência estudantil para aproximar à diretriz constitucional da “igualdade de condições de acesso e permanência”.

Precisamos a partir destas constatações refletir: Qual a justificativa de haver um ingresso diferenciado, via sistema de reserva de vagas, se posteriormente ministraremos um ensino com metodologias igualitárias, sem diferenciação, sem atendimento e um repertório de atividades especializadas paritárias para quem está em condições desiguais?

A partir do momento em que uma instituição educativa compreende que suas intervenções podem ser corresponsáveis para a permanência e o êxito de seus estudantes, ela tem o dever de desenvolver estratégias que identifiquem o que pode prejudicar alcançar tais objetivos, como essa ação da elaboração de um diagnóstico discente. Em relação aos resultados deste instrumento há consistentes indicadores que demonstram que é essencial reconhecer a diversidade e a pluralidade do público ingressante. Defronte tal diagnóstico é essencial oferecer uma intervenção preventiva a fim de amenizar as desigualdades postas pelas diferentes trajetórias escolares e minimizar as dificuldades de aprendizagem.

Frente a esta realidade, os 17 *campi* que formam o IFRS precisam rever suas posturas e sua organização internamente para atender aos novos sujeitos que especialmente são oriundos das camadas populares, das classes trabalhadoras, parte deles, vem em busca da EJA e precisam receber o atendimento adequado para sua aprendizagem e elevação da escolaridade.

Mediante o levantamento desta caracterização que revelou pluralidade, diversidade e heterogeneidade entre os discentes, consideramos que o Instituto Federal deve ser um espaço de concretização ao direito à educação promovendo justiça social, inclusão e equidade como trata a epígrafe desta conclusão. Debates sobre solidariedade, respeito à diversidade, e temas como feminismo, homofobia, racismo, bullying, entre outras formas de manipulação e violência devem constantemente ser nossa pauta. Além de garantir o direito à educação por meio da apropriação do conhecimento e da aprendizagem devemos ser um lócus de transformação, de incentivo aos sonhos, de esperanças e da construção de novas histórias de vida.

REFERÊNCIAS

- ARDIÑO, Daniela Ornellas; BARDAGI, Marúcia Patta. Relação entre fatores acadêmicos e a Saúde Mental de estudantes universitários. **Psicologia em Pesquisa**. Juiz de Fora. set./dez., 2018. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v12n3/05.pdf>>. Acesso em 16 set. 2020.
- BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Manual para Cálculos dos Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_de_indicadores_da_rfepct_2016.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- BRASIL. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior: Relatório Final da Pesquisa**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2004.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão, ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária. 2000. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/7_a_questao_didatica_e_a_perspectiva_multicultural.pdf> Acesso em: 23 set. 2020.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A Qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**. Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, mai./ago., 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04>> Acesso em: 14 set. 2020.
- FAILLA, Zoara. **Retratos da Leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.
- GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol.33, n.120, p.687-693, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300002>. Acesso em: 29 set. 2020.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais.html>>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- IFRS. **Diagnóstico Discente do IFRS**. Bento Gonçalves, RS, Brasil, 2020. Disponível em: <<https://analytics.zoho.com/open-view/2260418000000036086>>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- LAHIRE, Bernhard. **Sucesso Escolar nos Meios Populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 2008.
- MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil. In: **FONAPRACE -Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. PROEX: UFU -MG, 2012, p.88-97.

PEREIRA, Lilian Tedy; ALMEIDA, Mário de Souza. A definição do perfil de vulnerabilidade para acesso à política de permanência no ensino superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 132-154, jan. 2015.